

# PREGÃO ELETRÔNICO

90021/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR  
(UASG) (158139)

## OBJETO

O objeto da presente licitação é Aquisição de refil para marcador de quadro branco, e carimbos, para atender de forma estrutural, e permanente, às demandas de apoio pedagógico e administrativo do IFF Campus Macaé. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 12.855,88

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

19/05/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

## MODO DE DISPUTA:

aberto

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
8. DA FASE DE JULGAMENTO	14
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	18
10. DO TERMO DE CONTRATO	20
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	21
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	22
13. DOS RECURSOS	23
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	23
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	26
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	26

**MODELO DE EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E**  
**TECNOLOGIA FLUMINENSE.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2026**  
**Processo Administrativo nº 23320.000105.2026-99**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE, CNPJ 10.779.511/0001-07, por meio do(a) CALCM, sediado(a) CORONEL WALTER KRAMER, 363, bairro PARQUE SANTO ANTÔNIO, na cidade de CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, CEP 28080565, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 19/05/2026

Hora Inicial : 09:00

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de refil para marcador de quadro branco, e carimbos, para atender de forma estrutural, e permanente, às demandas de apoio pedagógico e administrativo do IFF Campus Macaé, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 6 (seis) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos

responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Para os itens 1,2,3,4,5,6 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

**2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da**

licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

2.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.11. O impedimento de que trata o item 2.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da

sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.4 e 2.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.9.4 e 2.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.16. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

- 4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Marca.
- 5.1.2. Fabricante.
- 5.1.3. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	Item	Unitário

- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	Item	R\$ 0,05

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de

produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

6.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. empresas brasileiras;

6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

- 7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [compras.macaee@iff.edu.br](mailto:compras.macaee@iff.edu.br)

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da

data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [compras.macaee@iff.edu.br](mailto:compras.macaee@iff.edu.br)

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Macaé, 04 de maio de 2026.



Documento assinado digitalmente

AUREA YUKI SUGAI

Data: 05/05/2026 09:15:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....  
Aurea Yuki Sugai  
Diretora Geral Campus Macaé



**MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**AQUISIÇÕES, EXCETO TIC**  
**LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO**  
**DIRETA**



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE.**

(Processo Administrativo nº 23320.000205.2026-15)

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de refil para marcador de quadro branco, e carimbos, para atender de forma estrutural, e permanente, às demandas de apoio pedagógico e administrativo do IFF Campus Macaé, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição Completa	CATMAT	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Refil Azul PILOT Board Master (5,5 ml), compatibilidade exclusiva, tinta à base de álcool, não tóxica, secagem rápida, alta opacidade, embalagem individual selada. Não serão aceitos produtos genéricos ou de outras marcas.	392220	UNID	500	R\$ 6,21	R\$ 3.105,00
2	Refil Preto PILOT Board Master (5,5 ml), compatibilidade exclusiva, tinta à base de álcool, não tóxica, secagem rápida, alta opacidade, embalagem individual selada. Não serão aceitos produtos genéricos ou de outras marcas.	392221	UNID	500	R\$ 6,55	R\$ 3.275,00
3	Refil Vermelho PILOT Board Master (5,5 ml), compatibilidade exclusiva, tinta à base de álcool, não tóxica, secagem rápida, alta opacidade, embalagem individual selada. Não serão aceitos produtos genéricos ou de outras marcas.	392222	UNID	350	R\$ 6,20	R\$ 2.170,00
4	Kit contendo 03 (três) pontas de reposição exclusivas para marcador PILOT Board Master, ponta de fibra, formato biselado (chisel tip), resistente à compressão e ao desgaste, traço fino e grosso, embalagem original lacrada. Não serão aceitos produtos genéricos ou de outras marcas.	629410	PCT	250	R\$ 7,33	R\$ 1.832,50

5	Carimbos automáticos retangulares personalizados, auto entintados, estrutura plástica resistente, retorno automático, almofada substituível, base em borracha gravada a laser ou fotopolímero. Composição conforme item 4.2 (48 unidades). Arte fornecida pela Administração.	418816	UNID	48	R\$ 47,79	R\$ 2.293,92
6	Carimbos automáticos redondos personalizados, auto entintados, estrutura plástica resistente, retorno automático, almofada substituível, base em borracha gravada a laser ou fotopolímero. Diâmetro 3,5 cm, tinta azul, identificação patrimonial. Arte fornecida pela Administração.	320592	UNID	9	R\$ 19,94	R\$ 179,46
					TOTAL GERAL	R\$ 12.855,88

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) da assinatura da Ordem de Fornecimento, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Exigência de Embalagens Recicláveis: O fornecedor deve priorizar, sempre que possível, o fornecimento dos produtos em embalagens recicláveis e que utilizem o menor volume possível de material, visando reduzir o impacto ambiental e a geração de resíduos sólidos.

4.3. Prioridade para Certificação Ambiental: Será dada preferência à aquisição de refis e carimbos que possuam certificações ambientais reconhecidas ou selos que comprovem que os produtos foram fabricados por meio de processos sustentáveis.

4.4. Substâncias de Baixa Toxicidade: Os refis para marcador de quadro branco devem ser fabricados, preferencialmente,

com substâncias de baixa toxicidade e baixo odor, racionalizando o uso de componentes químicos potencialmente poluentes ou prejudiciais à saúde dos usuários.

4.5. Logística Reversa e Descarte Adequado: A contratada deverá prever, quando aplicável, medidas de logística reversa para o recolhimento e desfazimento adequado de frascos e resíduos plásticos, ou assegurar que o descarte siga as normas de disposição final ambientalmente adequada.

4.6. Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS): A contratação e as especificações técnicas dos itens devem estar estritamente alinhadas às metas e diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Logística Sustentável da instituição, promovendo o desenvolvimento nacional sustentável.

#### **Especificações técnicas**

4.7. Os refis e pontas de reposição deverão atender integralmente às especificações da marca PILOT, modelo Board Master (BRL-3F), sendo este um requisito determinante para garantir a compatibilidade técnica com os marcadores já existentes no patrimônio institucional, promovendo a sustentabilidade e a economicidade. Os refis e pontas deverão ser exclusivamente compatíveis com o marcador PILOT Board Master (modelo BRL-3F). Não serão aceitos produtos genéricos ou de outras marcas. O refil deve garantir traço contínuo, de alta opacidade e secagem rápida, isento de borrões ou falhas. A tinta deverá ser não tóxica, à base de álcool, de fácil remoção com apagador apropriado, sem deixar resíduos ("ghosting") ou danificar a superfície do quadro. As pontas de reposição deverão ser de fibra, em formato biselado ("chisel tip"), individualmente embaladas em pacotes com 3 unidades, devendo assegurar resistência à compressão e ao desgaste por atrito, permitindo traço fino ou grosso conforme a angulação. Os refis deverão ser fornecidos em embalagens individuais seladas, com identificação clara da cor (azul, preto, vermelho) e do modelo compatível. As pontas deverão ser embaladas em pacotes originais lacrados, contendo 3 unidades, com identificação visível.

4.8. Os carimbos deverão ser automáticos, autoentintados, confeccionados em material de alta durabilidade, com mecanismo de mola que garanta impressão nítida e uniforme. Corpo em plástico injetado resistente a impactos, com tampa protetora. O mecanismo de ação deverá ser suave e preciso; mecanismos travados ou de baixa qualidade serão rejeitados. Almofada interna tipo "Long Pad" (preferencialmente recarregável). A tinta padronizada será da cor AZUL para a maioria dos modelos, exceto quando justificada a necessidade de outra cor (ex.: carimbo de descarte da biblioteca, que poderá ser vermelho). A tinta deverá ser de secagem rápida, à base de óleo, à prova d'água e resistente à luz. Os textos deverão ser gravados a laser ou por processo químico de alta definição, com fonte legível (Arial ou similar), em tamanho proporcional às dimensões do carimbo. Os carimbos com data ajustável deverão possuir mecanismo tipo roldana dentada para fácil e preciso ajuste. As dimensões deverão obedecer rigorosamente às especificações de cada modelo, admitindo-se tolerância máxima de  $\pm 1\text{mm}$ . Os carimbos deverão ser entregues prontos para uso, com tinta instalada e devidamente testados, em embalagem protetora.

4.9. Poderá ser realizado teste prático de escrita e apagagem no ato da entrega dos refis para verificar a conformidade com as características de desempenho exigidas. As dimensões dos carimbos serão conferidas por meio de régua ou paquímetro. Serão recusados itens que apresentem ilegibilidade, desalinhamento, falhas de gravação, manchas, cor incorreta, embalagens violadas, produtos usados ou qualquer desconformidade com as especificações técnicas. A rejeição de qualquer lote será formalizada por termo específico, podendo ensejar a aplicação de sanções contratuais.

4.10. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar capacidade técnica e experiência por meio da apresentação de atestado(s) de fornecimento anterior, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução satisfatória de fornecimento de materiais de escritório e/ou suprimentos administrativos de vulto e complexidade similares, com ênfase em: produtos com especificação técnica restrita (como refis e pontas para marcas específicas, a exemplo da PILOT); e serviços de personalização (como confecção de carimbos padronizados com textos e dimensões específicas).

4.11. Todos os itens deverão ser entregues novos, na embalagem original do fabricante, lacrados e com identificação clara. O fornecedor deverá assegurar que os produtos atendam plenamente às normas de qualidade aplicáveis e sejam adequados ao uso institucional intensivo. O descumprimento de qualquer requisito técnico ou operacional autoriza a recusa do lote e a aplicação das penalidades previstas em lei e no contrato.

#### **Subcontratação**

4.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### Condições de Entrega

- 5.1. O fornecimento será realizado de forma parcelada e sob demanda, ao longo da vigência do contrato.
- 5.2. Poderá ser realizada conferência quantitativa e qualitativa, podendo ser realizado teste prático de escrita/apagagem (refis) e teste de impressão (carimbos) no ato da entrega.
- 5.3. O fornecedor deverá realizar a entrega dos bens no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento ou requisição formal emitida pela Administração.
- 5.4. Dessa forma, a emissão da Ordem de Fornecimento formaliza o vínculo entre a Administração e o contratado, produzindo os efeitos jurídicos necessários ao início da execução do objeto, nos limites e condições estabelecidos no processo administrativo correspondente.
- 5.5. As entregas serão efetuadas exclusivamente no seguinte local, em horário comercial:

Campus	Endereço	Horário de Atendimento
Macaé	Rodovia Amaral Peixoto, km 164 – Imboassica – Macaé/RJ – CEP: 27932-050	09:00 às 13:00 / 14:00 às 18:00

- 5.6. A Administração poderá, a seu exclusivo critério e mediante comunicação prévia, autorizar entregas em horários ou dias distintos para atender a necessidades extraordinárias.
- 5.7. Produtos em desacordo, avariados, usados ou com embalagem violada serão recusados mediante termo de rejeição, com aplicação de sanções contratuais.
- 5.8. Fornecedor deverá substituir, às suas expensas, produtos recusados ou com vício/defeito, mantendo as condições de habilitação durante toda a vigência.
- 5.9. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.10. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.11. A execução do objeto dar-se-á de forma parcelada e sob demanda, em conformidade com a natureza contínua das atividades do Campus Macaé, visando assegurar o suprimento regular dos materiais sem incorrer em estoques excessivos ou desembolsos antecipados.
- 5.12. Para os refis e pontas de reposição: O fornecimento ocorrerá de acordo com a demanda progressiva e distribuída ao longo do ano letivo, acompanhando o calendário acadêmico e a intensificação das atividades pedagógicas. As solicitações serão realizadas pelos setores competentes sempre que os níveis de estoque atingirem o ponto de reposição, garantindo a continuidade do uso em salas de aula e laboratórios.
- 5.13. Para os carimbos automáticos: A entrega poderá ser programada conforme a efetiva necessidade de implantação nos setores administrativos e biblioteca, ou ainda para substituição de unidades inutilizáveis, mediante requisição formal da área demandante.
- 5.14. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.15. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.16. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

- 5.17. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.18. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.19. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.
- 5.20. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.21. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.22. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.23. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.24. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato

comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.17. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.23. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;



- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.3. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.6. Multa:

7.7. Moratória, para a infração descrita no item "d" (retardamento da entrega sem justificativa), de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

7.8. Compensatória, para a inexecução total do contrato (alínea "c"): 20% (vinte por cento) do valor da Ordem de Fornecimento.

7.9. Compensatória, para a infração descrita na alínea "b" (inexecução parcial com grave dano): 15% (quinze por cento) do valor da Ordem de Fornecimento.

7.10. Compensatória, para a inexecução parcial do contrato (alínea "a"): 10% (dez por cento) do valor da parcela não adimplida.

7.11. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" (documentação falsa, ato fraudulento, inidoneidade, ato lesivo): 30% (trinta por cento) do valor da Ordem de Fornecimento;

7.12. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.13. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.14. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.16. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (QUINZE) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.17. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.18. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.19. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.20. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.21. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.22. as peculiaridades do caso concreto;

7.23. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.24. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.25. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.26. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.27. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.28. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.29. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.30. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.31. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12. o prazo de validade;

8.13. a data da emissão;

8.14. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.15. o período respectivo de execução do contrato;

8.16. o valor a pagar; e

8.17. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.18. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.19. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.21. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.22. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.23. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.25. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.27. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.28. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.32. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.33. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará

condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

#### **Reajuste**

8.34. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/02/2026.

8.35. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.36. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.37. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.38. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.39. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.40. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

#### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4. conforme tabela constante no item 1.2 deste Termo de Referência, que estabelece o valor total estimado da contratação em R\$12.855,88 (doze mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos).

#### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da

União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices acima, será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, correspondente a R\$ 1.285,59 (um mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.34. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35. Apresentação de atestado(s) de fornecimento anterior de materiais com especificação técnica restrita (como refis para marcas específicas) e/ou serviços de personalização (confecção de carimbos padronizados), conforme detalhado no item 4.4 (Requisitos de Habilitação Técnica).

9.36. Qualificação econômico-financeira: comprovação de capacidade financeira compatível com o valor da contratação, nos termos da legislação.

9.37. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.38. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 12.855,88 (doze mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), conforme custos unitários opostos na tabela contida no item 1.2 deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.6. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento

11.2.

11.3. Geral da União.

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

12.2. Fica eleito o Foro da Justiça Federal na Subseção Judiciária de Campos dos Goytacazes, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Macaé, 04 de maio de 2026.

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

# Estudo Técnico Preliminar 5/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23320.000105.2026-99

## 2. Descrição da necessidade

Este procedimento se trata de uma ação estratégica, tecnicamente dimensionada e perfeitamente alinhada ao planejamento de expansão e qualificação institucional. Fundamenta-se, objetivamente, nos seguintes pilares:

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 23.2/28.1) projeta um aumento expressivo na capacidade do Campus Macaé. Conforme a Tabela 7.19, o total de vagas ofertadas saltará de 753 em 2023 para 1.293 em 2026, um incremento de 72%. Este crescimento materializa-se com a implantação de novos cursos, como a Licenciatura em Educação Física e qualificações profissionais na área industrial. Cada novo estudante e docente amplia a demanda por suporte pedagógico direto em sala de aula. Os marcadores para quadro branco são ferramentas didáticas de uso diário e intensivo. Garantir seu suprimento contínuo e a manutenção dos ativos patrimoniais (marcadores) através da reposição planejada de refis e pontas é, portanto, elemento fundamental para a execução bem-sucedida desta meta de expansão acadêmica, assegurando a continuidade e a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

A projeção orçamentária contida nas Tabelas 11.1 e 11.2 do PDI demonstra a previsibilidade financeira para ações como esta. As despesas de custeio do Campus Macaé têm projeção de crescimento de R\$5,0 milhões em 2023 para R\$6,6 milhões em 2026, refletindo a previsão de aumento das atividades. A aquisição destes insumos pedagógicos e administrativos, como despesa operacional recorrente e necessária, está intrinsecamente contemplada nesta curva orçamentária ascendente. Sua execução não cria desequilíbrio, mas concretiza uma previsão, alocando recursos de forma planejada para o adequado funcionamento das atividades-fim.

A modernização e a eficiência dos processos administrativos são metas explícitas do PDI. A implementação das novas matrizes curriculares a partir de 2026 gerará um volume significativamente maior de processos acadêmicos, requerendo agilidade e padronização documental. Os carimbos automáticos solicitados são instrumentos importantes para atender a esta demanda crescente, conferindo celeridade, organização e segurança jurídica às rotinas da secretaria acadêmica, biblioteca e setores de apoio. Esta aquisição é, assim, o suporte operacional necessário aos investimentos em modernização da gestão, contribuindo para que a estrutura administrativa suporte o crescimento discente projetado.

O Quadro 11.3 do PDI destina especificamente R\$1.170.735,16 à Assistência Estudantil no Campus Macaé para 2023. A infraestrutura pedagógica de qualidade, que inclui os meios para uma aula dinâmica e eficiente, é um dos componentes de suporte a esta política. Esta contratação, portanto, é o mecanismo executivo que transforma dotação orçamentária em ferramentas de trabalho efetivas para professores e técnicos, diretamente alinhada ao mandamento constitucional da oferta de educação de qualidade (Art. 208, VII, CF).

A necessidade foi quantificada com base em consumo histórico e projeção de demanda, assegurando economicidade. A especificação exclusiva da marca PILOT para os refis e pontas decorre da necessidade de compatibilidade técnica com os marcadores já patrimoniados, promovendo a sustentabilidade e o uso racional do patrimônio público ao estender sua vida útil em anos, um alinhamento direto às diretrizes de gestão eficiente e responsável. Sua relevância é amplificada pelo contexto de crescimento discente e administrativo planejado. Sua legalidade é inequívoca, e seu alinhamento com o PDI é demonstrado pelos dados objetivos de expansão de vagas, previsões orçamentárias e metas de qualificação da gestão. Trata-se, em suma, de contratação que apoia o funcionamento corrente, contribui para o crescimento futuro e otimiza recursos já investidos, dentro dos mais rigorosos parâmetros de gestão pública planejada.

## 3. Área requisitante

### Área Requisitante Responsável

CMPCM

Ronald Luis Silva Carvalho

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A presente contratação tem por objeto o fornecimento contínuo de materiais permanentes e de consumo para suporte pedagógico e administrativo, destinado ao abastecimento das rotinas de ensino, protocolo e gestão documental do Campus Macaé do Instituto Federal Fluminense, unidade em processo de expansão discente. O fornecimento compreenderá 1.350 refis para marcadores de quadro branco (azuis, pretos e vermelhos), 250 pacotes de pontas para reposição e 16 carimbos automáticos padronizados.

Os refis e pontas de reposição a serem fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas da marca PILOT para o modelo "Board Master". Este requisito é determinante por questão de compatibilidade técnica e patrimonial, uma vez que visa estender a vida útil dos marcadores já existentes no patrimônio institucional, garantindo desempenho, ergonomia e segurança no uso diário em salas de aula e laboratórios.

Modelo Exclusivo: Refis e pacotes de pontas deverão ser exclusivamente compatíveis com o marcador PILOT Board Master (modelo BRL-3F).

Desempenho: Os refis devem garantir traço contínuo, de alta opacidade e secagem rápida, isentos de borrões ou falhas, sobre superfícies de quadro branco. A tinta deve ser não tóxica, à base de álcool e de fácil remoção com apagador apropriado, sem deixar resíduos ("ghosting") ou danificar a superfície.

Durabilidade: A ponta de fibra, individualmente embalada nos pacotes de reposição, deve possuir formato biselado ("chisel tip") e ser fabricada em material que assegure resistência à compressão e ao desgaste por atrito, mantendo a precisão do traço.

Embalagem e Identificação: Os refis devem ser fornecidos em embalagens individuais seladas, com identificação clara da cor (azul, preto, vermelho) e do modelo compatível. As pontas de reposição devem ser embaladas em pacotes contendo 3 (três) unidades, claramente identificadas.

Os carimbos automáticos devem ser confeccionados em material de alta durabilidade, com mecanismo de ação automática (mola) que garanta impressão nítida, uniforme e com reposição rápida de tinta. A almofada de tinta interna deve ser do tipo "Long Pad" (ou similar de longa duração) e preferencialmente recarregável.

Texto e Fonte: Os textos devem ser gravados com fonte de estilo claro e legível (recomenda-se Arial ou similar), de tamanho proporcional às dimensões do carimbo,



garantindo a perfeita leitura de todos os caracteres, inclusive datas ajustáveis.

Estrutura: O corpo do carimbo deve ser de plástico injetado resistente a impactos, com tampa protetora para a superfície de impressão. Os carimbos com data ajustável devem possuir mecanismo roldana dentada de fácil e preciso ajuste.

Tinta: A tinta padronizada para todos os carimbos será da cor Azul, exceto quando a finalidade exigir outra cor por norma ou convenção (ex.: carimbo de descarte da biblioteca pode ser vermelho). A tinta deve ser de secagem rápida, à base de óleo, à prova de água e resistente à luz.

Conformidade Dimensional: Os carimbos devem ser produzidos nas dimensões exatas especificadas para cada modelo (Retangular: 6cmx4cm, 6cmx3cm, 5cmx2.5cm, 4cmx2cm, 1.8cmx4.7cm; Redondo: diâmetro 3.5cm). Tolerância máxima admitida: ±1mm.

Compatibilidade e Especificação: A aquisição dos refs e pontas da marca PILOT é imperativo técnico e de gestão patrimonial. Serão rejeitados quaisquer materiais de outras marcas, mesmo que apresentados como "genéricos" ou "compatíveis", por não garantirem o desempenho adequado e poderem causar danos aos marcadores patrimoniais.

Condições de Entrega: Todos os itens devem ser entregues novos, na embalagem original do fabricante, lacrados e com identificação clara. Os carimbos devem ser entregues prontos para uso, com tinta instalada e devidamente testados.

Conformidade: O fornecedor deve assegurar que os produtos atendam plenamente às normas de qualidade aplicáveis e sejam adequados ao uso institucional intensivo.

Requisito Eliminatório (Capacidade Técnica): Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar capacidade técnica e experiência mediante a apresentação de atestado(s) de fornecimento anterior, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução, a contento, de fornecimento de materiais de escritório e/ou suprimentos administrativos de vulto e complexidade similares, com ênfase em produtos com especificação técnica restrita (como refs e toners para marcas específicas) e serviços de personalização (como confecção de carimbos padronizados).

TABELA — REQUISITOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS

Requisito	Descrição Técnica Objetiva	Observação / Critério
Compatibilidade do Refil	Refs e pontas devem ser exclusivamente compatíveis com o marcador <b>PILOT Board Master</b> , modelo <b>BRL-3F</b> .	Especificação técnica <b>restrita e eliminatória</b> .
Desempenho do Refil	Traço contínuo, alta opacidade e secagem rápida. Tinta não tóxica, à base de álcool, de fácil remoção, sem deixar resíduos.	Poderá ser realizado <b>teste prático de escrita e apagagem</b> no ato da entrega.
Formato da Ponta	Ponta de fibra, formato biselado ( <i>chisel tip</i> ), resistente à compressão e ao desgaste.	Deve permitir traço fino e grosso conforme a angulação.
Embalagem dos Insumos	Refs em embalagens individuais seladas. Pontas em pacotes com 3 unidades. Carimbos em embalagem protetora.	Itens avulsos ou fora da embalagem original <b>serão recusados</b> .

Carimbo – Estrutura	Corpo em plástico injetado resistente, com mecanismo automático de ação suave e precisa.	Mecanismo travado ou de baixa qualidade é motivo de <b>rejeição</b> .
Carimbo – Texto	Gravação a laser ou química de alta definição. Fonte legível (ex.: Arial), tamanho proporcional. Datas ajustáveis por roldana dentada.	Texto ilegível, desalinhado ou com falhas é <b>inaceitável</b> .
Carimbo – Tinta	Tinta de almofada interna tipo <i>Long Pad</i> , cor <b>azul padronizada</b> (salvo exceção justificada), secagem rápida e resistente.	Manchas, borrões ou cor incorreta implicam <b>recusa</b> .
Conformidade Dimensional	Dimensões conforme tabela de quantidades, com tolerância máxima de <b>±1 mm</b> .	Conferência por régua ou paquímetro.
Condição de Entrega	Produtos novos, lacrados e devidamente identificados. Carimbos testados e prontos para uso.	Produtos usados, avariados ou abertos <b>não serão aceitos</b> .
Capacidade Técnica	Comprovação por atestado(s) de fornecimento anterior de materiais com especificação técnica restrita e/ou personalizados.	Requisito <b>eliminatório</b> para habilitação.
Recusa e Penalidades	O descumprimento de qualquer requisito autoriza a recusa do lote e aplicação de sanções contratuais.	A rejeição será formalizada por <b>termo específico</b> .

5. Levantamento de Mercado

A presente pesquisa de preços tem por finalidade subsidiar a estimativa orçamentária para a aquisição de refil para marcador de quadro branco (cores azul, preta e vermelha), pontas de reposição e carimbos automáticos personalizados (retangulares e redondos), visando ao atendimento contínuo, estrutural e permanente das demandas institucionais, com ênfase nas atividades administrativas e nos serviços de biblioteca. O levantamento foi conduzido em estrita observância aos parâmetros técnicos, metodológicos e legais estabelecidos pela Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que disciplina os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

A pesquisa objetiva, ainda, assegurar a compatibilidade dos valores estimados com os preços praticados no mercado, conferindo economicidade, eficiência e legitimidade ao futuro processo de contratação, bem como garantir a rastreabilidade e a auditabilidade de todas as etapas percorridas, desde a coleta dos dados primários até a definição dos valores unitários e global.

A metodologia aplicada observa, de forma integrada e sistemática, os princípios constitucionais e infraconstitucionais que regem a Administração Pública, notadamente a legalidade, a impessoalidade, a transparência, a economicidade, a eficiência e o planejamento. O trabalho foi estruturado de modo a permitir a verificação objetiva e inequívoca das fontes consultadas, dos critérios de seleção adotados e das decisões metodológicas que fundamentaram a definição dos valores unitários e globais estimados.

Nos termos do art. 3º da IN nº 65/2021, a pesquisa de preços deverá refletir o valor de mercado do objeto pretendido, considerando-se,

preferencialmente, os seguintes parâmetros: contratos firmados por órgãos e entidades da Administração Pública; atas de registro de preços vigentes; publicações especializadas; e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo. A presente pesquisa priorizou a utilização do Painel de Preços do Governo Federal, em consonância com o inciso I do art. 5º da referida norma, por constituir fonte oficial, confiável e de amplo acesso, complementada, quando necessário, por cotações realizadas em sítios eletrônicos especializados, nos termos do inciso IV do mesmo artigo.

A coleta de dados foi realizada prioritariamente por meio do Sistema de Pesquisa de Preços do Governo Federal – Painel de Preços (PPP), ferramenta oficial que consolida informações de contratações públicas efetivamente adjudicadas e/ou homologadas por órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de todos os Poderes e esferas de governo.

A escolha do PPP atende diretamente aos critérios prioritários previstos na IN nº 65/2021, conferindo à pesquisa os seguintes atributos:

- Confiabilidade, por se tratar de dados reais, oriundos de processos licitatórios concluídos e devidamente homologados;
- Transparência, em razão da disponibilidade pública e irrestrita das informações;
- Aderência normativa, por ser fonte oficial expressamente recomendada pela legislação de regência;
- Comparabilidade, ao permitir a análise entre contratações similares realizadas por diferentes órgãos, em distintas regiões e contextos institucionais.

Foram consideradas exclusivamente as contratações realizadas nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data de realização desta pesquisa, período tecnicamente adequado para refletir a dinâmica recente do mercado de materiais de escritório e suprimentos administrativos, mitigando os efeitos de desatualização de preços, oscilações econômicas abruptas e alterações na política cambial que possam impactar insumos importados, como é o caso dos refis e pontas da marca PILOT.

Complementarmente, para os itens de especificação restrita (refis da marca PILOT), realizou-se cotação direta no mercado varejista por meio de sítios eletrônicos especializados, em atenção ao §1º do art. 5º da IN nº 65/2021, que admite outras fontes desde que justificada a necessidade e assegurada a representatividade da amostra.

Em razão das diferenças substanciais quanto à padronização técnica, à natureza dos produtos e à formação dos respectivos preços, a pesquisa foi segmentada em duas categorias distintas, submetidas a critérios de seleção e análise específicos, conforme detalhado a seguir.

#### Itens Padronizados – Refis e Pontas PILOT

Para os itens de natureza padronizada e compatibilidade restrita, foram consideradas exclusivamente as contratações que apresentassem aderência integral à especificação técnica desejada, a saber:

- Refil para Marcador PILOT Board Master (modelo BRL-3F), nas cores azul, preta e vermelha, com capacidade de 5,5 ml, tinta à base de álcool, não tóxica, secagem rápida, alta opacidade, sem borrões, embalagem individual selada com identificação da cor e modelo;
- Pacote com 03 (três) pontas de reposição exclusivas para o marcador PILOT Board Master, ponta de fibra, formato biselado (chisel tip), resistente à compressão e ao desgaste, permitindo traço fino e grosso conforme angulação, embalagem original lacrada.

Foram expressamente descartadas todas as contratações que indicassem marcas alternativas, produtos genéricos, compatíveis universais ou especificações divergentes, por não atenderem ao requisito de compatibilidade estrita com os marcadores já existentes no estoque institucional, o que poderia acarretar prejuízos funcionais e aumento desnecessário de custos operacionais.

#### Itens Personalizados – Carimbos Automáticos

Considerando a natureza essencialmente personalizada dos carimbos, inviabilizando a exigência de marca ou modelo específico, adotou-se o critério de equivalência técnica, observando-se, cumulativamente, os seguintes parâmetros:

- Dimensões similares, admitida tolerância de  $\pm 10\%$  em relação às medidas pretendidas;
- Complexidade de gravação equivalente, considerando-se a quantidade de linhas, caracteres e especificidades do texto (protocolo, datas, textos institucionais);
- Tecnologia do mecanismo, restringindo-se a carimbos automáticos e auto entintados, com retorno automático, almofada entintada substituível e base em borracha gravada a laser ou fotopolímero de alta definição;
- Contratações realizadas preferencialmente por órgãos federais de ensino, garantindo similaridade de uso institucional e de volume de demanda, especialmente para as finalidades de protocolo, recebimento, identificação patrimonial e registro bibliotecário.

Os itens 5 e 6 da tabela consolidada foram detalhados conforme a seguinte composição:

- Item 5 (CATMAT 418816): Lote composto por 16 unidades de carimbos retangulares, assim distribuídos:
  - 01 carimbo protocolo com datador (dimensões 6x4 cm, tinta azul);
  - 01 carimbo "RECEBI EM" (dimensões 1,8x4,7cm, tinta azul);
  - 03 carimbos padrão institucional médio (dimensões 6 x 3 cm, tinta azul);
  - 02 carimbos padrão institucional pequeno (dimensões 4x2 cm, tinta azul);
  - 03 carimbos registro biblioteca (dimensões 6 x 3 cm, tinta azul);
  - 03 carimbos descarte biblioteca (dimensões 5x2,5 cm, tinta vermelha);
  - 03 carimbos sinalização livros (dimensões 5x2,5 cm, tinta azul).
- Item 6 (CATMAT 320592): Lote composto por 9 unidades de carimbos redondos personalizados, diâmetro aproximado de 3,5 cm ( $\pm 1$  mm), tinta azul, destinados à identificação patrimonial da biblioteca.

As artes gráficas de todos os carimbos serão fornecidas pela Administração no momento da ordem de fornecimento, garantindo a padronização

visual e a conformidade com as normas institucionais.

#### Itens Padronizados – Refis e Pontas PILOT

A amostra coletada para os itens padronizados totalizou registros válidos oriundos exclusivamente de Pregões Eletrônicos e Dispensas de Licitação concluídos e homologados, constantes do Painel de Preços do Governo Federal. Os valores médios obtidos foram:

Item	Descrição	CATMAT	Quant.	Valor PPP (Média)	Cotação Internet	Média Final	Valor Total (R\$)
1	Refil Azul PILOT	392220	500	R\$ 6,1487	R\$ 6,27	R\$ 6,21	R\$ 3.104,67
2	Refil Preto PILOT	392221	500	R\$ 6,2069	R\$ 6,55	R\$ 6,55	R\$ 3.275,00
3	Refil Vermelho PILOT	392222	350	R\$ 6,0311	R\$ 6,37	R\$ 6,20	R\$ 2.170,19
4	Kit c/ 3 Pontas PILOT	629410	250	R\$ 7,3312	-	R\$ 7,33	R\$ 1.832,80

Análise Técnica: Os coeficientes de variação não explicitados na tabela, mas constantes dos dados originais, situam-se na faixa compreendida entre 22% e 28% para os refis, caracterizando dispersão moderada dos dados, perfeitamente compatível com o mercado de insumos importados, que é naturalmente influenciado por variáveis exógenas como flutuações cambiais, custos logísticos, políticas comerciais regionais e margens de distribuição. Não se observou qualquer indicio de concentração artificial de preços, formação de cartel ou prática de preços predatórios, o que atesta a normalidade concorrencial do mercado pesquisado.

A cotação complementar realizada na internet para os refis apresentou valores médios de R\$ 6,27 (azul), R\$ 6,55 (preto) e R\$ 6,37 (vermelho), todos convergentes com as médias obtidas no Painel de Preços, confirmando a consistência e a representatividade da amostra oficial.

Para o item 4 (kit de pontas), o valor médio obtido no PPP foi de R\$7,33, com coeficiente de variação de 78,54% (conforme dados originais), indicando forte heterogeneidade nas contratações pesquisadas. Diante desse cenário, a utilização da média como parâmetro revelou-se a medida mais adequada, por considerar a totalidade da amostra e refletir a diversidade de preços praticados.

#### Itens Personalizados – Carimbos Automáticos

A amostra coletada para os itens personalizados totalizou registros válidos com equivalência técnica comprovada, constantes do Painel de Preços do Governo Federal, assim distribuídos:

Item	Descrição	CATMAT	Quant.	Valor PPP (Média)	Valor Total (R\$)
5	Carimbos retangulares (lote 16 unid.)	418816	16	R\$ 47,7858	R\$ 2.293,72
6	Carimbos redondos (lote 9 unid.)	320592	9	R\$ 19,9436	R\$ 179,49

Análise Técnica: Para o item 5, os coeficientes de variação originais situam-se em torno de 46%, compatível com a natureza personalizada do objeto, que naturalmente apresenta maior dispersão de preços em razão das variações de complexidade, dimensões, tecnologia de gravação e especificidades do texto. A adoção da média como parâmetro revelou-se a medida mais adequada, por considerar a totalidade da amostra e refletir a diversidade de preços praticados no mercado de carimbos personalizados.

Para o item 6, o coeficiente de variação original é de 41,23%, também compatível com a natureza personalizada do objeto, justificando a

utilização da média como parâmetro.

Diante da análise criteriosa dos dados, das dispersões observadas e da necessidade de assegurar robustez estatística à estimativa, adotou-se a MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES como medida de tendência central preferencial para todos os itens da presente pesquisa, pelas seguintes razões técnicas e jurídicas:

- A média, quando aplicada a amostras com dispersão moderada a elevada, mas com tamanho amostral suficiente, representa adequadamente o comportamento central do conjunto de dados, considerando a totalidade das observações;
- No caso dos refis (itens 1 a 3), a média apresentou valores consistentes com as cotações complementares realizadas na internet, confirmando a representatividade da amostra oficial;
- No caso das pontas (item 4), a elevada dispersão (78,54%) justifica a utilização da média, por ser a medida que melhor reflete a diversidade de preços praticados no mercado;
- No caso dos carimbos (itens 5 e 6), a dispersão moderada a elevada (entre 41% e 46%) é inerente à natureza personalizada do objeto, e a média mostrou-se a medida mais adequada para refletir o preço típico praticado;
- A média atende ao princípio da economicidade, posicionando-se em patamar defensável e condizente com as contratações efetivamente realizadas;
- Mostra-se a medida estatisticamente defensável em eventuais auditorias, controles internos e externos, bem como em impugnações ou questionamentos por parte de órgãos de controle.

TABELA CONSOLIDADA DOS VALORES ESTIMADOS

Item	Descrição Completa	CATMAT	Unid.	Quant.	Valor PPP (Média)	Cotação Internet	Média Final	Valor Total (R\$)
1	Refil Azul PILOT Board Master (5,5 ml), compatibilidade exclusiva, tinta à base de álcool, não tóxica, secagem rápida, alta opacidade, embalagem individual selada. Não serão aceitos produtos genéricos ou de outras marcas.	392220	UNID	500	R\$ 6,1487	R\$ 6,27	R\$ 6,21	R\$ 3.104,67
3	Refil Vermelho PILOT Board Master (5,5 ml), compatibilidade exclusiva, tinta à base de álcool, não tóxica, secagem rápida, alta opacidade, embalagem individual selada. Não serão aceitos produtos genéricos ou de outras marcas.	392222	UNID	350	R\$ 6,0311	R\$ 6,37	R\$ 6,20	R\$ 2.170,19
4	Kit contendo 03 (três) pontas de reposição exclusivas para marcador PILOT Board Master, ponta de fibra, formato biselado (chisel tip), resistente à compressão e ao desgaste, traço fino e grosso, embalagem original lacrada. Não serão aceitos produtos genéricos ou de outras marcas.	629410	PCT	250	R\$ 7,3312	-	R\$ 7,33	R\$ 1.832,80
5	Carimbos automáticos retangulares personalizados, auto entintados, estrutura plástica resistente, retorno automático, almofada substituível, base em borracha gravada a laser ou fotopolímero.  Composição conforme item 4.2. Arte fornecida pela Administração.	418816	UNID	48	R\$ 47,7858	-	R\$ 47,79	R\$ 2.293,72
6	Carimbos automáticos redondos personalizados, auto entintados, estrutura plástica resistente, retorno automático, almofada substituível, base em borracha gravada a laser ou fotopolímero. Diâmetro 3,5 cm, tinta azul, identificação patrimonial. Arte fornecida pela Administração.	320592	UNID	9	R\$ 19,9436	-	R\$ 19,94	R\$ 179,49

RESUMO FINANCEIRO E VALOR GLOBAL ESTIMADO

Categoria	Quantidade	Valor Estimado (R\$)	Percentual
Refis PILOT (Azul, Preto, Vermelho)	1.350 unidades	R\$ 8.549,86	66,5%
Pontas PILOT	250 pacotes	R\$ 1.832,80	14,3%
Carimbos Retangulares	48 unidades	R\$ 2.293,72	17,8%
Carimbos Redondos	9 unidades	R\$ 179,49	1,4%
TOTAL GERAL	1.657 itens	R\$ 12.855,88	100%

Valor Global Estimado: R\$12.855,88 (doze mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos). Os valores estimados na presente pesquisa:

- Atendem integralmente aos requisitos formais e materiais da Instrução Normativa nº 65/2021;
- Apresentam consistência técnica e estatística, respaldada por amostra significativa e tratamento estatístico adequado, com utilização da média aritmética simples como medida de tendência central;
- Observam rigorosamente o princípio da economicidade, posicionando-se em patamar compatível com os preços praticados no mercado, sem prejuízo da qualidade técnica exigida;
- Consideram as especificações restritas dos produtos (no caso dos refis e pontas) e as personalizações necessárias (no caso dos carimbos), com detalhamento minucioso das dimensões, cores e finalidades;
- Sustentam planejamento de estoque para o período de 12 a 18 meses, com ganhos de escala decorrentes da aquisição concentrada;
- Alinham-se às diretrizes institucionais do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que prevê expansão significativa das atividades administrativas e acadêmicas e, por consequência, o aumento da demanda por materiais de expediente e suprimentos administrativos.

Ante todo o exposto, com fulcro nos arts. 2º, 3º, 5º e 6º da Instrução Normativa nº 65/2021, e considerando a integralidade dos elementos técnicos, estatísticos e jurídicos que embasaram a presente pesquisa, recomenda-se a adoção dos preços unitários estimados constantes deste relatório como parâmetro oficial para a estimativa orçamentária e para os demais atos do procedimento de contratação, assegurando-se, assim, a regularidade, a economicidade e a legitimidade do futuro certame.

6. Descrição da solução como um todo

Periodicamente, surge a necessidade de adquirir materiais permanentes e de consumo para suporte pedagógico e administrativo, essenciais para a continuidade das atividades-fim do Instituto Federal Fluminense, Campus Macaé. Nesse contexto, optou-se pela utilização da modalidade de dispensa eletrônica devido à sua consonância com o princípio da celeridade, economicidade, e outros benefícios intrínsecos a este método de aquisição, conforme estabelecido no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Tal escolha visa possibilitar a comunicação automatizada entre a Administração Pública e os potenciais fornecedores, assegurando, assim, rapidez, eficiência e segurança no processo de compras. Ademais, a adoção desta modalidade propicia a redução dos custos operacionais associados ao procedimento de aquisição, sendo particularmente adequada para aquisições de materiais padronizados com especificações técnicas bem definidas.

A presente contratação está estrategicamente alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023.2-2028.1), que prevê um incremento de 72% nas vagas ofertadas no Campus Macaé até 2026. Este crescimento demandará a ampliação e qualificação contínua da infraestrutura de apoio pedagógico e administrativo, tornando imperativo o suprimento regular e planejado dos insumos necessários.

O prazo de entrega dos bens é de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da assinatura da Ordem de Fornecimento ou Autorização de Fornecimento, em remessa única, no horário das 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira. Os materiais deverão ser entregues conforme especificações técnicas, devidamente embalados e identificados.

Local de entrega:  
Campus Macaé  
Rodovia Amaral Peixoto, Km 164 – Imboassica - Macaé, RJ CEP: 27932-050  
Telefone: (22) 3399-1500 CNPJ: 10.779.511/0005-30

O quantitativo foi dimensionado para atender às necessidades da Administração por um período de até 12 (doze) meses – período máximo de vigência do eventual contrato ou acordo. A estimativa considerou:

- O consumo histórico médio dos últimos 24 meses, registrado no almoxarifado do campus. A projeção de aumento da demanda decorrente da expansão discente planejada no PDI.
- O princípio da economicidade, otimizando ganhos de escala e minimizando custos operacionais com múltiplas licitações.

A racionalização de estoques, mantendo níveis seguros para garantir a continuidade operacional sem onerar desnecessariamente a armazenagem.

A pesquisa considerou uma amostra válida de 72 registros de preços para os itens padronizados (refis e pontas) e 16 registros para carimbos com especificações equivalentes, todos extraídos de contratações públicas homologadas no período retrospectivo de 12 meses. O preço unitário de cada item foi fixado com base na mediana dos valores encontrados, critério estatístico que oferece maior robustez frente à volatilidade de mercado, conforme detalhado em relatório técnico em anexo.

O valor estimado da contratação é de R\$ 12.855,88 (doze mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos)., apurado mediante consulta técnica ao Painel de Preços do Governo Federal, em estrita observância às disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

A pesquisa de preços considerou uma amostra válida e representativa, composta por 72 (setenta e dois) registros relativos a itens padronizados, como refis e pontas, e 16 (dezesseis) registros referentes a carimbos com especificações equivalentes, todos extraídos de contratações públicas devidamente homologadas nos últimos 12 (doze) meses.

O preço unitário de cada item foi definido com base na mediana dos valores encontrados, critério estatístico que confere maior robustez à estimativa por mitigar distorções decorrentes de valores atípicos e oscilações pontuais de mercado, conforme detalhado em relatório técnico específico anexado aos autos.

Os dados coletados e a metodologia empregada, amparados integralmente na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, demonstram a razoabilidade e a consistência do valor estimado. A utilização da mediana, aplicada a uma amostra significativa e recente de 88 registros de preços oriundos de contratações públicas homologadas, confere solidez técnica à estimativa e assegura um parâmetro realista, atual e plenamente defensável para o procedimento licitatório.

Considerando o objeto, o valor estimado e o contexto administrativo apresentado, foram analisadas as principais alternativas de contratação juridicamente disponíveis, com vistas à identificação da solução mais eficiente, econômica e segura para atender à demanda institucional.

A adesão a ata de registro de preços existente mostra-se inviável em razão da elevada especificidade dos itens demandados, que envolvem compatibilidade exclusiva com marcadores PILOT Board Master patrimoniais, bem como carimbos com dimensões e textos personalizados. A probabilidade de existência de ata vigente que contemple integralmente tais especificações é extremamente reduzida, o que torna a busca por ARP um procedimento meramente formal, com alto risco de insucesso e atraso injustificado do processo. Soma-se a isso a dificuldade de compatibilização entre vigência da ata, disponibilidade de saldo e cronograma de consumo do Campus Macaé, além da inexistência de garantia de vantagem econômica frente aos preços apurados na pesquisa recente de mercado.

A contratação por dispensa de licitação, na forma do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, embora juridicamente possível para o valor estimado de R\$12.855,88, revela-se subótima e associada a maior risco administrativo. Tal procedimento restringe a competitividade e a transparência quando comparado a uma licitação na modalidade pregão eletrônico, limitando-se a uma cotação simplificada que não extrai o máximo potencial competitivo do mercado, fragilizando a defesa da vantajosidade do preço.

Ademais, considerando que a presente pesquisa de preços foi elaborada para subsidiar a aquisição de refil para marcador de quadro branco, pontas de reposição e carimbos automáticos personalizados — itens de natureza contínua e recorrente, destinados ao atendimento estrutural e permanente das demandas institucionais, com ênfase nas atividades administrativas e nos serviços de biblioteca — a dispensa atenderia apenas a uma necessidade pontual, exigindo a repetição de procedimentos ao longo do exercício, com aumento do custo administrativo, retrabalho e risco de inconsistência de preços.

A licitação na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço, em formato de sistema de registro de preços, revela-se a solução tecnicamente mais adequada e juridicamente recomendável. O SRP, previsto na Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023, foi concebido exatamente para atender contratações frequentes e situações em que não é possível definir previamente os quantitativos exatos, como ocorre com materiais de consumo de uso contínuo.

O pregão eletrônico assegura ampla competitividade, transparência e isonomia, permitindo que o próprio mercado, em sessão pública, defina os menores preços, conferindo robustez incontestável à decisão administrativa. Uma vez homologada a ata de registro de preços, as aquisições ao longo do período de vigência podem ser realizadas de forma ágil, mediante ordens de fornecimento, sem necessidade de novos certames, garantindo redução de custos processuais, celeridade operacional, previsibilidade orçamentária e proteção contra oscilações de mercado.

Além disso, o sistema de registro de preços proporciona elevado grau de segurança jurídica, ao vincular os fornecedores às condições e preços registrados pelo prazo da ata, e se alinha de forma direta ao planejamento institucional e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ao assegurar o suprimento contínuo de materiais essenciais ao funcionamento e à expansão das atividades da instituição.

Ressalta-se que a pesquisa de preços realizada, em estrita observância à Instrução Normativa nº 65/2021, utilizou prioritariamente o Painel de Preços do Governo Federal, com amostras significativas e tratamento estatístico adequado (média aritmética simples), resultando em valor global estimado de R\$ 12.855,88, plenamente compatível com os preços praticados no mercado e apto a fundamentar o futuro certame.

Diante do exposto, conclui-se que a adoção do pregão eletrônico com sistema de registro de preços constitui a alternativa que melhor conjuga competitividade, eficiência administrativa, economicidade, segurança jurídica e aderência estratégica, representando a solução mais vantajosa para a Administração Pública, em detrimento da dispensa de licitação, que se mostra inadequada para o atendimento de demanda contínua e estruturante como a ora pretendida.

Opção de Contratação	Viabilidade	Principais Vantagens	Principais Limitações
Adesão a ARP existente	Inviável	Redução de etapas formais, se existente	Alta especificidade do objeto, baixa chance de existência de ata compatível, risco de atraso e ausência de vantagem econômica
Dispensa de Licitação (art. 75, II)	Possível, porém suboptimal	Rapidez inicial e simplicidade procedimental	Baixa competitividade, fragilidade na defesa do preço, solução pontual para demanda contínua
Pregão Eletrônico com SRP	Recomendada	Alta competitividade, preços registrados, eficiência administrativa, segurança jurídica e atendimento à demanda recorrente	Maior esforço inicial de planejamento e condução do certame

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Consolidados os parâmetros de consumo histórico, projeção de crescimento institucional, especificidade técnica dos materiais e capacidade orçamentária, definiram-se os quantitativos anuais estimados da seguinte forma:

1.350 unidades de refil PILOT Board Master (500 azuis, 500 pretos e 350 vermelhos), volume suficiente para garantir a continuidade das atividades pedagógicas e administrativas, bem como para suportar a expansão do corpo discente prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 12 a 18 meses;

250 pacotes de pontas de reposição PILOT, cada qual contendo 03 (três) unidades, totalizando 750 pontas individuais, destinadas à manutenção preventiva e corretiva dos marcadores já existentes no acervo patrimonial da instituição, promovendo a economicidade ao prolongar a vida útil dos bens e evitar aquisições desnecessárias de novos marcadores;

57 unidades de carimbos automáticos personalizados, sendo 48 unidades retangulares (distribuídas em sete modelos com finalidades

administrativas e bibliotecárias específicas) e 09 unidades redondas (destinadas à identificação patrimonial da biblioteca), volume adequado para assegurar a padronização, a agilidade e a segurança dos fluxos processuais e documentais de forma permanente e estruturante.

Os quantitativos ora definidos encontram amparo na análise técnica das necessidades reais da unidade, na economicidade da aquisição concentrada e no alinhamento estratégico com os objetivos institucionais de médio e longo prazo.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 12.855,88

O valor estimado da contratação é de R\$ 12.855,88 (doze mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos). , apurado mediante consulta ao Painel de Preços do Governo Federal, em conformidade com as disposições estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução contratual para o fornecimento dos materiais de apoio pedagógico e administrativo foi concebida para execução de forma parcelada e sob demanda, em estrita consonância com a natureza continuada das atividades-fim do campus e com os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público. O objeto destina-se ao funcionamento ininterrupto das rotinas de ensino e de gestão, serviços essenciais à missão institucional, cuja interrupção comprometeria diretamente o atendimento à comunidade acadêmica.

A adoção do fornecimento parcelado decorre da própria dinâmica de utilização dos insumos. Os refis para marcadores, por exemplo, são consumidos de maneira progressiva e distribuída ao longo do ano letivo, com picos de demanda que acompanham o calendário acadêmico, o número de turmas em atividade e a intensificação das aulas práticas. Nesse contexto, a aquisição e entrega em parcela única, antecipando o consumo de mais de um ano, revela-se tecnicamente inadequada por não refletir a forma real de utilização e por impor ônus logísticos e de gestão desnecessários à Administração.

Sob o aspecto logístico e de gestão de materiais, a recepção e armazenamento simultâneo da totalidade dos itens – 1.350 refis, 250 pacotes de pontas e 16 carimbos – demandaria uma infraestrutura de almoxarifado dedicada e dimensionada para um volume expressivo, com controle rigoroso de entradas, organização sistemática e proteção adequada contra danos, umidade ou extravio. Tal demanda logística concentrada poderia sobrecarregar a capacidade operacional do setor responsável, comprometendo a eficiência da distribuição interna aos setores e usuários finais.

Do ponto de vista patrimonial e de gestão de estoques, a manutenção de um grande volume de materiais de consumo por longos períodos ampliaria a exposição do patrimônio público a riscos de avarias, deterioração, obsolescência ou extravio. Em particular, itens como os refis possuem vida útil e características técnicas que podem ser afetadas pelo armazenamento prolongado em condições inadequadas. Ademais, a estocagem antecipada de todos os insumos configura imobilização indevida de recursos públicos, sem benefício operacional correspondente, desviando espaço físico e esforço administrativo que poderiam ser destinados a outras prioridades.

Sob a ótica orçamentária e financeira, a aquisição parcelada possibilita que os desembolsos ocorram de forma compatível com a execução real da despesa e com o fluxo de caixa, evitando pagamentos antecipados de grande monta. Tal modelagem confere maior previsibilidade, flexibilidade e controle à gestão orçamentária, permitindo um alinhamento mais preciso entre o consumo efetivo e a despesa realizada.

No âmbito operacional e de suporte ao usuário, o fornecimento sob demanda (através de requisições internas) assegura a reposição contínua dos estoques de consumo nos setores, mantendo níveis adequados para garantir a continuidade das atividades sem a geração de excedentes ociosos. Este modelo é particularmente eficiente para itens de uso diário, como os refis, permitindo um reabastecimento ágil e proporcional à taxa de consumo real de cada sala de aula, laboratório ou setor administrativo. Para os carimbos, a entrega pode ser programada conforme a efetiva necessidade de implantação ou substituição nos setores solicitantes.

Adicionalmente, a execução parcelada favorece a gestão e a fiscalização contratual, permitindo que cada entrega ou remessa seja objeto de verificação quanto à quantidade, conformidade com as especificações técnicas (especialmente a compatibilidade dos refis PILOT), integridade das embalagens e qualidade dos produtos. Isso reduz riscos de não conformidade e assegura um controle contínuo da qualidade do fornecimento ao longo de toda a vigência do instrumento contratual.

Dessa forma, a opção pelo fornecimento parcelado e sob demanda configura-se como a solução tecnicamente mais adequada, segura e economicamente eficiente. Este modelo está plenamente alinhado às características do objeto, à dinâmica de consumo acadêmico-administrativo, às capacidades logísticas do campus e às boas práticas de gestão pública de materiais. Assegura, assim, a continuidade do apoio às atividades-fim e a aplicação responsável dos recursos públicos, em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação para o fornecimento de materiais de apoio pedagógico e administrativo não se configura como procedimento isolado ou autônomo, mas integra um conjunto sistêmico, contínuo e interdependente de aquisições que, de forma articulada, viabilizam a execução das atividades-fim do Campus Macaé do Instituto Federal Fluminense. Trata-se de insumos essenciais, cuja disponibilidade regular constitui condição indispensável para o funcionamento das salas de aula, laboratórios e setores administrativos, e para a concretização das finalidades públicas associadas ao ensino, à pesquisa e à gestão institucional.

A presente contratação mantém interdependência operacional absoluta com os demais processos de aquisição e serviços vinculados ao ciclo acadêmico e administrativo, uma vez que os refis para marcadores e os carimbos são elementos que viabilizam as atividades diárias de ensino e de tramitação documental. Na ausência desses insumos, a dinâmica pedagógica e os fluxos administrativos seriam comprometidos, tornando inaptos outros recursos e serviços a cumprirem sua finalidade institucional plena, o que caracteriza esses materiais como elementos estruturantes da rotina acadêmico-administrativa.

Observa-se, ainda, correlação direta, simultânea e sinérgica com as contratações destinadas à aquisição de outros materiais de consumo e permanente para o ensino, abrangendo processos relativos à compra de papéis, toners, materiais de laboratório, mobiliário e equipamentos audiovisuais. Tais itens constituem a infraestrutura básica de apoio ao processo educativo, cujo aproveitamento pleno depende da disponibilidade contínua de insumos complementares como os refis para escrita em quadro branco, condição necessária para a efetividade das aulas expositivas, práticas e de planejamento.

De igual modo, a contratação dos carimbos automáticos encontra-se funcionalmente vinculada às aquisições de materiais e sistemas de gestão documental, tais como pastas, fichários, softwares de protocolo e arquivamento. Esses materiais e sistemas integram etapas subsequentes à produção e tramitação dos documentos, e somente possuem utilidade operacional plena quando o processo de formalização e registro é integralmente executado, o que reforça o caráter sistêmico da contratação ora analisada.

A interdependência estende-se, ainda, às aquisições realizadas no âmbito da assistência estudantil e da qualificação docente, mecanismos específicos e estratégicos que visam a qualidade do ensino e a permanência discente. As atividades de monitoria, os projetos de ensino e as capacitações dependem integralmente da disponibilidade de uma infraestrutura de apoio pedagógico em pleno funcionamento, o que inclui os meios para uma exposição clara e dinâmica do conteúdo em sala de aula.

No âmbito dos serviços, a contratação destes materiais mantém relação direta e indissociável com a execução das atividades dos docentes, técnico-administrativos e

bibliotecários. A atuação técnica desses profissionais pressupõe o funcionamento regular dos espaços de aula, dos laboratórios e dos setores de apoio, os quais dependem do fornecimento contínuo dos insumos básicos aqui solicitados. A ausência desses itens inviabilizaria a eficiência das atividades laborais, comprometendo a finalidade do próprio serviço público prestado.

Dessa forma, a contratação desses materiais configura-se como nó crítico da cadeia de suprimentos do apoio acadêmico e administrativo, cuja regularidade e confiabilidade são determinantes para a eficácia global do sistema institucional. A interrupção ou descontinuidade do fornecimento acarretaria efeitos em cascata sobre as demais atividades, resultando em prejuízos pedagógicos, lentidão processual, ineficiência administrativa e prejuízo direto à política pública de educação profissional e tecnológica.

Conclui-se, portanto, que a presente contratação é elemento estruturante e estratégico do ecossistema contratual que sustenta as atividades acadêmicas e de gestão do Campus Macaé, garantindo que os recursos públicos aplicados em capacitação, infraestrutura, serviços especializados e demais insumos se convertam, de forma efetiva, na oferta diária de educação pública de qualidade. Tal integração assegura o cumprimento do mandamento constitucional do direito à educação, bem como o atendimento às metas institucionais de expansão, qualificação e excelência previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O alinhamento entre a presente contratação e o planejamento institucional do Instituto Federal Fluminense revela-se inequívoco, estratégico e plenamente comprovado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2023.2 -- 2028.1. A demanda ora analisada não decorre de situação pontual, contingencial ou emergencial, mas constitui etapa estrutural, recorrente e previsível do ciclo de gestão institucional, concebida para assegurar a continuidade das atividades-fim e sustentar a expansão acadêmica e a eficiência administrativa planejadas para o Campus Macaé ao longo do horizonte estratégico estabelecido.

A contratação atende a objetivos institucionais permanentes, quais sejam, a qualificação do ambiente pedagógico e a agilização dos processos administrativos, ambos componentes indispensáveis para a excelência do ensino e para o cumprimento da missão institucional. Tais objetivos são expressamente reconhecidos no PDI como fundamentais para a consolidação de um ambiente acadêmico produtivo e inclusivo, assumindo papel ainda mais relevante diante do cenário de crescimento projetado. Conforme consignado no Capítulo 7.5.8 e na Tabela 7.19 do PDI, o Campus Macaé apresenta projeção de elevação significativa do número de vagas ofertadas, passando de 753 em 2023 para 1.293 em 2026, o que representa incremento aproximado de 72%. Esse crescimento possui natureza quantitativa e qualitativa, abrangendo a implantação de novos cursos de graduação e a ampliação de qualificações profissionais, fatores que impactam diretamente a demanda por infraestrutura de apoio pedagógico e por processos administrativos ágeis e seguros.

Nesse contexto, o fornecimento regular de refis para marcadores de quadro branco e de carimbos padronizados configura-se como condição operacional indispensável para que a expansão discente e a diversificação da oferta acadêmica ocorram sem prejuízo à qualidade do ensino e da gestão. A indisponibilidade ou descontinuidade desses insumos comprometeria de forma direta a dinâmica das aulas, a organização documental e a eficiência dos setores de apoio, com reflexos negativos sobre a qualidade da aprendizagem e sobre a efetividade das políticas públicas educacionais implementadas no âmbito do campus. Assim, a contratação apresenta nexos lógicos e funcionais com as metas institucionais de crescimento e consolidação acadêmica e administrativa previstas no planejamento estratégico.

Adicionalmente, a previsibilidade da necessidade encontra-se formalmente internalizada no planejamento orçamentário de médio e longo prazo da instituição. As Tabelas 11.1 e 11.2 do PDI evidenciam a projeção de crescimento das despesas de custeio do Campus Macaé, estimadas em R\$5,0 milhões em 2023 e R\$6,6 milhões em 2026, representando aumento da ordem de 33%. Tal expansão orçamentária foi estruturada para acompanhar o incremento do nível de atividades acadêmicas e administrativas decorrentes da ampliação da oferta educacional, abrangendo, de forma explícita, o custeio de materiais permanentes e de consumo essenciais para o ensino e a gestão, entre os quais se insere a presente aquisição. Desse modo, a despesa associada à contratação não constitui impacto financeiro imprevisto, mas decorre de planejamento prévio, compatível com a capacidade orçamentária projetada e aderente ao princípio da responsabilidade fiscal.

A contratação também evidencia a adoção de práticas de gestão orientadas por resultados e alinhadas ao ciclo planejamento–execução–avaliação, conforme preconizado pelas diretrizes contemporâneas de governança pública. O dimensionamento dos quantitativos baseia-se em dados objetivos de consumo histórico e em diagnóstico setorial, ajustados por projeções de crescimento institucional, enquanto a definição da forma de contratação e das especificações técnicas decorre de análise concreta da necessidade de compatibilidade patrimonial e de ganhos de eficiência. Tal abordagem demonstra racionalidade administrativa, mitigação de riscos e observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, consagrados no ordenamento jurídico aplicável às contratações públicas.

Dessa forma, a presente contratação materializa, em nível operacional, as diretrizes estratégicas estabelecidas no PDI, traduzindo metas acadêmicas e institucionais em ações concretas, sustentáveis e devidamente custeadas. Ao assegurar o fornecimento contínuo de insumos pedagógicos e administrativos padronizados, a Administração garante a infraestrutura mínima necessária para o pleno funcionamento das atividades de ensino e de gestão, viabilizando, sem solução de continuidade, a implementação das políticas de qualificação do ensino e de modernização administrativa, e o atendimento adequado ao aumento da população discente.

Conclui-se, portanto, que a aquisição de refis para marcadores e carimbos automáticos para o Campus Macaé configura ato de gestão plenamente alinhado ao planejamento institucional e orçamentário do Instituto Federal Fluminense, operando na interseção entre o planejamento acadêmico-estratégico e a execução financeira responsável. Sua realização é condição necessária para que as metas de expansão, qualificação e eficiência previstas no PDI sejam efetivamente alcançadas, assegurando a continuidade e a efetividade da política pública de educação profissional e tecnológica sob a responsabilidade da instituição.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação para fornecimento de materiais de apoio pedagógico e administrativo não se limita à aquisição de insumos de consumo, configurando-se como medida estruturante e estratégica para a adequada execução das atividades institucionais, com impactos diretos e indiretos sobre a consecução da missão do Instituto Federal Fluminense. Os benefícios esperados decorrentes da contratação manifestam-se de forma integrada nos âmbitos pedagógico-acadêmico, administrativo-operacional e da gestão pública, compondo um conjunto de ganhos educacionais, organizacionais e econômicos mensuráveis.

No âmbito pedagógico-acadêmico, a contratação é condição indispensável para a continuidade e a qualidade das atividades de ensino. O fornecimento regular de refis para marcadores de quadro branco, em específico da marca PILOT conforme exigência de compatibilidade, assegura que os docentes possam desenvolver suas aulas expositivas e práticas com recursos didáticos fundamentais para a comunicação clara e dinâmica do conteúdo. A interrupção desse fornecimento, ou a substituição por produtos incompatíveis, prejudicaria significativamente a dinâmica em sala de aula e em laboratórios, com prejuízos diretos ao processo de ensino-aprendizagem. Ademais, a reposição programada de pontas promove a sustentabilidade e a economicidade ao estender em anos a vida útil dos marcadores já patrimoniados, garantindo a manutenção da qualidade do ambiente pedagógico com uso racional dos recursos públicos. Os carimbos padronizados, por sua vez, fortalecem a organização e a rastreabilidade dos processos acadêmicos, desde a secretaria até a biblioteca, contribuindo para um ambiente institucional mais organizado e eficiente.

No eixo administrativo-operacional, a contratação viabiliza a modernização e a agilização dos processos internos, elemento crítico em um contexto de expansão planejada da instituição. A implantação de carimbos automáticos com textos específicos para protocolo, recebimento, registro e descarte padroniza formalidades, reduz inconsistências, confere maior segurança jurídica aos atos administrativos e acelera a tramitação documental. Este ganho de eficiência é ainda mais relevante diante da previsão de aumento na geração de documentos a partir de 2026, com a implantação de novas matrizes curriculares e o crescimento do corpo discente. A padronização também otimiza o tempo dos servidores, que deixam de depender de métodos manuais ou inconsistentes para a formalização de rotinas.

No plano da gestão pública, a contratação apresenta benefícios relacionados à eficiência administrativa, à economicidade e à previsibilidade orçamentária. A aquisição em quantidade planejada para um período de 12 a 18 meses permite ganhos de escala e reduz a necessidade de múltiplos processos licitatórios no curto prazo, gerando economia de escala e otimizando o esforço administrativo. A especificação técnica rigorosa (marca PILOT) garante a compatibilidade com o patrimônio existente, evitando desperdícios com produtos genéricos de baixo desempenho ou que causem danos aos equipamentos. A contratação insere uma despesa essencial e recorrente em um ciclo de gestão previamente planejado, conforme as projeções do Plano de Desenvolvimento Institucional, conferindo estabilidade operacional e previsibilidade



orçamentária ao campus. A modalidade de dispensa eletrônica, por sua vez, assegura celeridade, transparência e a obtenção de proposta vantajosa, mitigando riscos de descontinuidade no suprimento.

Dessa forma, a contratação para fornecimento destes materiais configura-se como solução tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e administrativamente eficiente, garantindo a continuidade das atividades-fim, a efetividade das políticas educacionais, a modernização da gestão e a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público que regem a Administração Pública.

### 13. Providências a serem Adotadas

Elaboração e Publicação do Instrumento Convocatório: Confeccionar e publicar o edital de Dispensa Eletrônica no portal oficial de compras, com todas as especificações técnicas, quantitativos, condições de fornecimento e critérios de julgamento (menor preço).

Condução do Procedimento: Monitorar o período de recebimento das propostas no sistema eletrônico, esclarecendo eventuais dúvidas dos licitantes através dos canais oficiais e mantendo a transparência do processo.

Habilitação e Julgamento: Após o encerramento das propostas, realizar a análise da documentação para habilitação jurídica e comprovação da capacidade técnica dos licitantes, seguida da abertura e julgamento das propostas comerciais conforme critério estabelecido.

Homologação e Formalização: Proceder à homologação do resultado, declarando o vencedor. Em seguida, formalizar o contrato ou a nota de empenho, conforme o instrumento jurídico adequado, assegurando a perfeita descrição do objeto, prazos e valores.

Ordem de Fornecimento e Fiscalização: Emitir as ordens de fornecimento de acordo com a demanda real e o modelo parcelado estabelecido. Acompanhar e fiscalizar cada entrega, verificando a conformidade dos produtos com as especificações técnicas, quantidades e prazos contratuais.

Gestão Contratual e Pagamento: Realizar o recebimento formal dos itens, processar os documentos fiscais e executar os pagamentos conforme as remessas entregues e aceitas, mantendo a regularidade da execução financeira e contratual.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação para fornecimento de materiais de apoio pedagógico e administrativo deve ser analisada sob a perspectiva dos impactos ambientais potenciais associados ao objeto. Os impactos são inerentes ao ciclo de vida dos produtos, porém classificados como localizados, controláveis e de baixa magnitude, considerando o modelo de fornecimento adotado e as características dos itens.

O principal impacto ambiental relacionado aos materiais escritores (refis para marcadores) decorre do descarte final dos cartuchos, que são compostos por plástico e uma manta impregnada com tinta à base de solventes. A especificação de produtos da marca PILOT, além da questão técnica de compatibilidade, direciona a aquisição para um fabricante com histórico de conformidade ambiental e de segurança do produto, reduzindo riscos associados a substâncias tóxicas. Contudo, o impacto mais significativo ocorre na fase de consumo e descarte, uma vez que esses resíduos não são tradicionalmente reciclados em fluxos convencionais de coleta seletiva.

Quanto à geração de resíduos sólidos, o modelo de aquisição de refis para reposição, em vez da compra de marcadores novos completos, constitui por si só uma medida de prevenção à geração de resíduos. Ao estender a vida útil dos corpos dos marcadores, que são bens permanentes, reduz-se drasticamente o descarte de plástico, metal e outros componentes que compõem um marcador inteiro. Essa prática se alinha ao princípio da hierarquia de resíduos, priorizando a prevenção e a reutilização sobre o descarte. Para os carimbos automáticos, o impacto principal reside no eventual descarte do equipamento após o fim de sua vida útil, sendo componentes de plástico e metal. A aquisição de produtos de qualidade, com mecanismo durável e, preferencialmente, com almofadas de tinta recarregáveis, contribui para minimizar a frequência de substituição e, consequentemente, a geração de resíduos.

As emissões atmosféricas e o risco de contaminação do solo ou água são considerados insignificantes para esta contratação, uma vez que o objeto envolve produtos de uso estático e não-volátil em condições normais de utilização. O risco de contaminação estaria associado apenas a um descarte inadequado e à liberação do conteúdo dos refis no ambiente, cenário mitigado pelas práticas internas de gestão de resíduos.

A principal medida de mitigação ambiental sob responsabilidade da Administração é a correta destinação final dos resíduos gerados. Isso inclui estabelecer um fluxo interno para o descarte ambientalmente adequado dos cartuchos de tinta esgotados e dos carimbos inutilizáveis, preferencialmente encaminhando-os para sistemas de logística reversa, quando disponíveis, ou à disposição conforme as normas municipais para resíduos sólidos não recicláveis. Adicionalmente, a contratação em quantidade planejada para médio prazo reduz a frequência de compras, otimizando a logística de entrega e minimizando as emissões indiretas associadas ao transporte.

O risco de acidentes com os produtos é mínimo e restrito a vazamentos pontuais de tinta durante a manipulação, sendo gerenciado através do armazenamento adequado em local arejado e do manuseio cuidadoso pelos usuários.

Diante do exposto, conclui-se que os impactos ambientais associados à presente contratação são previsíveis, de baixa intensidade e plenamente mitigáveis mediante a adoção de práticas básicas de gestão de resíduos no âmbito do campus. A opção pela reposição de componentes (refis e pontas), em vez da compra de produtos novos integrais, configura uma medida proativa de ecoeficiência, reduzindo a pegada ambiental da instituição ao promover a máxima utilização dos bens patrimoniais já adquiridos. A contratação, portanto, está em conformidade com os princípios da responsabilidade ambiental e da sustentabilidade na administração pública.

### 15. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.


#### 15.1. Justificativa da Viabilidade


Declaramos, para os devidos fins, que analisamos a proposta de contratação para fornecimento de refis para marcadores, pontas de reposição e carimbos automáticos ao Campus Macaé e a consideramos técnica, orçamentária e legalmente viável. O objeto está claramente especificado e alinhado às necessidades de ensino e gestão, com quantitativos dimensionados a partir de consumo histórico e projeção do PDI. O valor estimado de R\$26.674,00 está embasado em pesquisa de preços oficial e é compatível com a dotação orçamentária existente. A modalidade de Dispensa Eletrônica aplica-se perfeitamente ao caso, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Não há impedimentos para a realização da contratação, que se mostra necessária e vantajosa para a Administração.


## 16. Responsáveis


Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).


Documento assinado digitalmente  
 **JADER SASCHO RAMOS**  
Data: 25/03/2026 20:52:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
**JADER SASCHO RAMOS**  
Responsável pela contratação direta

Documento assinado digitalmente  
 **HENRIQUE BARREIROS ALVES**  
Data: 27/02/2026 15:54:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
**HENRIQUE BARREIROS ALVES**  
Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente  
 **MARLON DO PRADO SIQUEIRA**  
Data: 27/02/2026 15:59:05-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
**MARLON DO PRADO SIQUEIRA**  
Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente  
 **MARCIANO LOPES RODRIGUES**  
Data: 09/03/2026 10:27:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
**MARCIANO LOPES RODRIGUES**  
Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente  
 **RONALD LUIS SILVA CARVALHO**  
Data: 27/02/2026 14:46:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
**RONALD LUIS SILVA CARVALHO**  
Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente  
 **DEIVISSON CALDAS PEREIRA**  
Data: 02/03/2026 12:08:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
**DEIVISSON CALDAS PEREIRA**  
Membro da comissão de contratação

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE

Ata de Registro de Preços 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	158139-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	JADER SASCHO RAMOS	06/05/2026 09:41 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23320.000205.2026-15

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº 23320.000205.2026-15

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

O INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE , com sede na Avenida Amaral Peixoto, KM 164,na cidade de Macaé – RJ , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 10.779.511/0007-00 , neste ato representado(a) por Áurea Yuki Sugai , Diretora Geral , nomeada pela Portaria nº 304/2024 - IFFLU , de 12 de abril de 2024 , publicado no DOU de 15 de abril de 2024, Edição: 72, Seção: 2, Página: 17 , portador da matrícula funcional nº 2162805 , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica,para REGISTRO DE PREÇOS, publicada no xx/2026 , processo administrativo n.º 23320.000205.2026-15, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação deAquisição de refis para marcador de quadro branco, e carimbos, para atender de forma estrutural, e permanente, às demandas de apoio pedagógico e administrativo do IFF Campus Macaé, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo 1 do edital de licitação n.º xx/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário

--	--	--	--	--	--	--	--

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir[A1] do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

- 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ~~OU [não poderá]~~ ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
  - 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
  - 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023 .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Local e data

---

Representante legal do órgão gerenciador

---

representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



12. ANEXO

Anexo[A1]

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

**JADER SASCHO RAMOS**

Membro da comissão de contratação

## MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

### AQUISIÇÕES EM GERAL - LICITAÇÃO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE.**

Processo Administrativo nº **23320.000105.2026-99**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_\_,  
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E**  
**TECNOLOGIA FLUMINENSE**, E \_\_\_\_\_.

A(O) **União**, por intermédio do(a) **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE**, com sede no(a) **CORONEL WALTER KRAMER, 363**, bairro **PARQUE SANTO ANTONIO**, na cidade de **CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**, CEP **28080565**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.779.511/0001-07**, neste ato representado(a) por **Áurea Yuki Sugai**, cargo **Diretora Geral**, nomeado(a) pela Portaria nº **304/2024**, de **12 de abril de 2024**, publicada no DOU em **abril/2024**, portador da Matrícula Funcional nº **2162805**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no Processo nº **23320.000105.2026-99** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão nº 90007/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Aquisição de refis para marcador de quadro branco, e carimbos, para atender de forma estrutural, e permanente, às demandas de apoio pedagógico e administrativo do IFF Campus Macaé**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSER/CATMAT	Un. Medida	Quantidade	Valor Un	Valor Tot
1	Item	CATMAT	Unidade de Medida	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 mes(es) contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1 O valor total da contratação é de R\$ 0.0 (zero reais e zero centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato

do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, **junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento**, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda **Estadual** ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento **de** todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.20. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.21. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.22. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.23. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.25. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato .

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: **158139**;

II) Fonte de recursos: **100**;

III) Programa de trabalho: **339030**;

IV) Elemento de despesa: **L2994P01RTN**;

V) Plano interno: **231636**;

VI) Nota de empenho: **1**;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **CAMPOS DOS GOYTACAZES**, Seção Judiciária de **RJ**, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

.....  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE.

Áurea Yuki Sugai  
Diretora Geral

.....  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1-

2-

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Modelo de Termo de Contrato para Licitações - AQUISIÇÕES EM GERAL - Lei nº 14.133, de 2021.  
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação  
Atualização: NOV/2025  
Código de Identificação Ger@AGU: 57aa831773695722539  
Código Ger@ do Edital : 37e41d1773695632089